

# EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO NA CASA DE DONA YAYÁ:

EXPERIÊNCIAS DO CENTRO DE PRESERVAÇÃO  
CULTURAL DA USP

**GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,  
SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.

Especialista em laboratório no Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo, onde desenvolve ações de cultura e extensão universitária com foco no patrimônio cultural. É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) (2012) e mestre (2017) pela mesma instituição na área de paisagem e ambiente. Colabora também com o Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP).

E-mail: [gaf.arq@usp.br](mailto:gaf.arq@usp.br)

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp300-324>

# **EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO NA CASA DE DONA YAYÁ: EXPERIÊNCIAS DO CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL DA USP**

GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES

## **RESUMO**

Este artigo apresenta um panorama da ação educativa desenvolvida pelo Centro de Preservação Cultural (CPC) em sua sede na Casa de Dona Yayá, imóvel tombado em níveis estadual e municipal, localizado no centro do município de São Paulo, na região conhecida como Bixiga. Órgão de cultura e extensão universitária com foco na ação e reflexão sobre o patrimônio cultural da Universidade de São Paulo, o CPC ocupa desde 2004 o imóvel conhecido como “Casa de Dona Yayá”, lugar de memória de questões de gênero e saúde mental em função da reclusão vivida por sua mais célebre habitante (Sebastiana Mello Freire, a “Dona Yayá”) durante um período de quatro décadas, bem como testemunho material do processo de urbanização da região em que se encontra. A fim de refletir sobre as possibilidades educativas, dialógicas e de ação cultural próprias tanto de uma instituição voltada à extensão no campo do patrimônio como de um bem patrimonializado marcado pelo acúmulo de diversas camadas de significado e de memória, é apresentado um itinerário crítico das atividades educativas promovidas ao longo de cerca de 15 anos nesse contexto. Discutem-se, tendo por base tais atividades, as potencialidades, limites, desafios e contradições da ação educativa no contexto patrimonial.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Educação patrimonial. Extensão universitária. Cultura material.

## **EDUCATION AND HERITAGE IN DONA YAYÁ'S HOUSE: EXPERIENCES OF THE CULTURAL PRESERVATION CENTER AT USP**

GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES

### **ABSTRACT**

This paper presents a panoramic view of the education action developed by Centro de Preservação Cultural — CPC (Cultural Preservation Center) at its headquarters, Casa de Dona Yayá (Dona Yayá's House), a landmark listed by both municipal and state-level preservation institutions, located in São Paulo City downtown, in the region known as Bixiga. A culture and extension office within University of São Paulo, aimed at reflecting and acting upon the university's cultural heritage, CPC is housed in the building known as "Dona Yayá's House" since 2004. The place is site of memory related to gender and mental health issues due to being place of reclusion for around four decades of its most well-known denizen (Sebastiana Mello Freire, "Ms. Yayá"), as well as a physical testimony of the urbanization process of the region in which it is located. In order to reflect upon the educational, dialogical, and cultural action possibilities proper both to a heritage-related institution and a listed property carrying a series of layers of meaning and memory, a critical itinerary of around 15 years of educational activities is presented. We discuss, based on such activities, the potentials, limits, challenges and contradictions of the education action in the context of heritage.

### **KEYWORDS**

Heritage education. University extension program. Material culture.

## 1 INTRODUÇÃO

“A casa da louca”. “A casa da USP”. “A casa mal-assombrada”. “A casa de Dona Yayá”. É por meio de expressões como essas que uma parte dos vizinhos do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) se refere cotidianamente ao imóvel que lhe serve de sede, no bairro da Bela Vista, em São Paulo. Construção eclética cujas origens se perdem nas últimas décadas do século XIX, trata-se com efeito de local hoje usualmente apontado como “mal-assombrado” e sobre o qual se atribuem as mais variadas imagens de um casarão repleto de “mistérios” — ainda que qualquer resquício de assombro não resista a uma breve caminhada pelo lugar, pois trata-se, afinal, de um agradável espaço remanescente das antigas chácaras que caracterizavam a região hoje conhecida por “Bixiga”, no Centro da metrópole paulistana. Caracterizando-se efetivamente como uma espécie de “oásis urbano”, o casarão encontra-se implantado em um grande terreno cujos jardins são repletos de árvores frutíferas, sombras e passarinhos, em evidente contraste com as estruturas rodoviárias pesadas de seu entorno. O imóvel, contudo, mantém ainda certa imponência perante os vizinhos, dada sua implantação mais elevada que o assemelha a um palacete urbano deslocado no tempo e no espaço. Exceção em meio aos demais imóveis vizinhos — caracterizados por pequenas testadas e proporções mais modestas —, trata-se de fato a Casa de Dona Yayá de um artefato suscetível às mais variadas especulações.

Tal grau de mistificação em torno deste peculiar objeto não se revela algo surpreendente, na medida em que se trata de casa não só celebrizada por uma personagem de trajetória peculiar e misteriosa que hoje lhe dá nome — Sebastiana de Mello Freire, a Dona Yayá — como por se constituir de um imóvel permanecido fechado por quase quatro décadas, entre os anos 1960 e 2000, período em que passara a compor o patrimônio imobiliário da Universidade de São Paulo, visto que fazia parte da herança jacente de Dona Yayá. Esta, por sua vez, teria sido trazida à Casa nos anos 1920 para que pudesse ser tratada — segundo o que de mais moderno se considerava haver na cultura médica do período — de suas supostas enfermidades mentais, diagnosticadas havia poucos anos. Tornando sanatório particular, o casarão eclético que já havia sido habitado por três diferentes famílias recebera ares de verdadeiro manicômio, no qual a reclusa Dona Yayá viria a passar as quatro décadas restantes de sua vida, até seu falecimento em 1961. O misto de pitoresco, misterioso e revoltante que há nessa trajetória — associado ao fechamento da casa por quase meio século após a morte de Yayá — tornou o lugar suscetível às várias mistificações citadas: para além dos fatos históricos vividos pelos personagens que o habitaram diretamente, o imóvel passou a frequentar os devaneios, superstições e especulações tanto de seus vizinhos no Bixiga quanto daqueles que dele passavam a tomar conhecimento por parte de relatos igualmente supersticiosos em diferentes veículos.

Evidente lugar de memória das questões de gênero e de saúde mental em São Paulo, a Casa de Dona Yayá assume portanto um papel privilegiado no imaginário do bairro no qual se encontra: são múltiplas as narrativas ao redor deste objeto, sendo igualmente variados os papéis que ele exerce em diferentes outras representações produzidas por diferentes grupos sociais, tanto imediatamente próximos dele (como os vizinhos que cresceram com ele fechado e abandonado) quanto por outros coletivos mais distantes (como o de grupos feministas que o reconhecem como importante marco para a luta pelas questões de gênero). Impossível de ser reduzido a uma única narrativa ou a uma única representação de si mesmo, o complexo emaranhado de sentidos que envolve a Casa de Dona Yayá é ainda complementado por mais uma das dimensões nas quais tal objeto se projeta: trata-se, como já ressaltado, da sede do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), órgão responsável, entre outras coisas, por discutir

questões ligadas justamente ao emaranhado de sentidos e significados socialmente produzidos em torno de objetos e de práticas que definem o campo do patrimônio cultural.

É neste local de difícil definição e de complexa conceituação, em meio a um bairro com rica vida cultural e variadas formas de ocupação, que vêm se desenvolvendo, desde que o CPC passou a ocupá-lo em 2004, uma série de atividades educativas que giram em torno da temática patrimonial. Trata-se, como se pode perceber, de contexto complexo, no qual o CPC assume eventualmente o papel de estrangeiro e com o qual toda proposição de diálogo é delicada. Poderia o órgão ensinar algo aos vizinhos da Casa de Dona Yayá? O que pode aprender com eles? Como se dá essa relação? Como lidar com a patrimonialização de um objeto apartado por tantos anos da vida social e de sua vizinhança (ainda que a ela integrado por meio das várias narrativas que ensinou)? O que se falar sobre ele e o que se escutar sobre ele?

Alguns aspectos desta problemática serão explorados neste trabalho, no qual a missão mais ampla do CPC será analisada a partir de sua vertente educativa. Desde os trabalhos de educação patrimonial conduzidos na Casa de Dona Yayá e no bairro do Bixiga — principais focos da ação educativa do órgão ao longo de sua trajetória — até aqueles relacionados à missão institucional mais ampla do órgão (vinculada à inventariação, preservação e extroversão do patrimônio cultural da universidade) procuraremos identificar e problematizar as diferentes concepções em jogo de educação e patrimônio nos diferentes momentos da presença do órgão na Casa. Procuraremos contribuir ao debate em curso sobre a relação entre educação e patrimônio a partir dos limites e desafios identificados nesta breve trajetória do órgão neste bem cultural tão peculiar que é a Casa de Dona Yayá.

## 2 A CASA DE DONA YAYÁ E O CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL

O Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU), responsável por promover reflexões e ações, bem como coordenar projetos e programas relacionados à temática do patrimônio cultural de um modo geral e em particular sobre o patrimônio cultural universitário.

Sucessor e herdeiro da antiga Comissão do Patrimônio Cultural da USP (constituída em 1987 e então vinculada à Reitoria), o CPC constituiu-se enquanto órgão de cultura e extensão em 2002, quando consolidou seus eixos de atuação e solidificou-se institucionalmente no interior da universidade. Até então sediado no complexo da Reitoria da USP, na Cidade Universitária (localizada na região Oeste do município, distante do Centro), o órgão passou em 2004 a ocupar o imóvel conhecido como Casa de Dona Yayá, bem cultural tombado em nível municipal e estadual localizado no bairro do Bixiga (distrito da Bela Vista), na região central de São Paulo. Por causa desta posição privilegiada no coração da metrópole paulista, desde então o CPC ampliou sua vocação cultural e extensionista: para além de uma já bem estabelecida política editorial, de pesquisa e extroversão dos bens culturais universitários, verificou-se a necessidade de promoção de ações mais intensas de contato tanto com a vizinhança imediata da Casa quanto com a sociedade de um modo geral. A mudança permitiu a constituição de uma nova e efetiva casa de cultura na região, já caracterizada por uma rica vida cultural: acostumado à rotina acadêmica e ao cotidiano pacato da Cidade Universitária, o CPC viu-se de repente integrado, na condição de estrangeiro recém-chegado, a um contexto plural e heterogêneo, em meio a um bairro tradicionalmente marcado pela boemia, pelas artes e espetáculos.

Neste sentido, entendia-se que o processo de ocupação da Casa devia se orientar pela perspectiva de um *uso qualificado* do espaço, segundo a expressão cunhada pela então diretora Maria Cecília França Lourenço<sup>1</sup>. A qualificação do uso envolvia o estabelecimento não só de ações sistemáticas e permanentes de conservação e restauro do bem tombado, mas uma política institucional que o valorizasse, estabelecendo adequados laços e relacionamentos com os vários atores sociais nele interessados (desde os órgãos de preservação mais distantes às instituições e grupos imediatamente vizinhos à Casa). Desta forma, entendia-se que uma vez ocupando a Casa de Dona Yayá, passava a integrar a missão institucional do CPC a manutenção de uma política cultural consolidada, que viria a se caracterizar pela realização no local de cursos de caráter acadêmico e de difusão, pela promoção de oficinas culturais, seminários e eventos científicos, apresentações artísticas

1. Para mais informações sobre a ideia de uso qualificado, verificar Lourenço (1999).

e exposições, bem como pelo estabelecimento de um programa permanente (ainda que heterogêneo ao longo de sua existência) de educação patrimonial.

Ressalte-se, porém, que o desenvolvimento permanente de atividades culturais e educativas nunca havia, até aquele momento, constituído elemento central da ação do CPC, que sempre atuara em uma escala institucional e de formulação de políticas e apenas em casos excepcionais executando atividades de extensão. Antes da transferência para a Casa de Dona Yayá, o trabalho do órgão dividia-se em três frentes: a) manutenção de um banco de dados sobre o patrimônio cultural da USP; b) manutenção de uma linha editorial, de caráter acadêmico, sobre o patrimônio da USP, eventualmente complementada por outras ações de difusão cultural; c) organização de canteiros-escola em obras de restauro e conservação dos edifícios e bens integrados da universidade. Uma vez instalado na Casa, em 2004, uma quarta frente de trabalho se somou às demais, intitulada “memória e uso qualificado”, cujos objetivos envolviam justamente manter uma política de atividades culturais e educativas no local — imagine-se, portanto, a ruptura no cotidiano de um órgão até então acostumado a frequentar círculos de formulação de políticas voltadas sobretudo ao público universitário e que agora passava efetivamente a executar ações de extensão direcionadas especialmente ao público leigo fora dos muros da universidade. Trata-se, portanto, de um centro de cultura e extensão que, ao longo de uma década, aprendeu a executar tais ações à base da tentativa e erro — característica presente também na ação educativa do CPC ao longo deste período.

A definição de diretrizes para a ação educativa, em particular, vem enfrentando ao longo dos anos justamente toda a problemática envolvida em torno de um órgão cuja definição não só mudou como ainda não se consolidou completamente. Trata-se, afinal, de focar a ação educativa em quê? Na personagem Yayá e em sua Casa ou no patrimônio universitário da USP — objeto de trabalho original do CPC? Ou se trata, ao contrário, de discutir o patrimônio cultural dos visitantes da Casa? Faz sentido, portanto — ainda que isto nada tenha a ver com o patrimônio da USP — discutir o bairro do Bixiga, onde o CPC se encontra, bem como o cotidiano cultural de seus interlocutores? Que aportes teóricos e metodológicos parecem os mais adequados: os do universo da museologia e da arte-educação, os do patrimônio ou os da memória social? O que distingue o universo da educação em museus da assim chamada “educação patrimonial”?

### 3 EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL EM UM ÓRGÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

“Museu não é lugar da palavra escrita”: embora o Centro de Preservação Cultural não seja rigorosamente um museu, esta valiosa observação de Ulpiano Meneses (2000. p. 99) guiará nossas reflexões sobre o conjunto de atividades educativas que o CPC vem desenvolvendo ao longo de mais de uma década de presença na Casa de Dona Yayá, na medida em que nos valem em grande medida de procedimentos e reflexões próprias do processo museológico. Misto de lugar de memória difícil, de espaço cultural e extensionista universitário e de órgão reflexivo sobre a preservação do patrimônio uspiano, o CPC ocupa um território de difícil delimitação em meio às categorias tradicionais de instituições dedicadas ao patrimônio cultural: nem museu, nem arquivo, nem centro de documentação e memória, nem órgão de preservação, a instituição se caracteriza como uma espécie de híbrido que se beneficia de variados aportes disciplinares e metodológicos para a formulação de suas políticas de inventariação, preservação e comunicação — bem como para sua ação educativa. Neste sentido, as observações de Meneses sobre as práticas educativas em museus nos parecem bastante significativas para problematizar nossa própria ação, pelo que nos guiaremos pelos alertas que estabelece.

Em primeiro lugar, cabe destacar a dificuldade em estabelecer o foco das ações educativas desenvolvidas pelo órgão justamente por causa desta dificuldade de delimitá-lo precisamente em uma categoria institucional rígida:

a) Se tratado como lugar de memória e consciência, talvez a ação educativa devesse priorizar sua constituição enquanto tal, o papel desempenhado pelos seus personagens e as narrativas difíceis e traumáticas associadas a eles, bem como a relação entre tais narrativas e a materialidade da Casa de Dona Yayá. A ação educativa atuaria em uma frente de sensibilização para a tolerância e para a construção da cidadania, para as questões de gênero, para a luta antimanicomial e para as temáticas próximas, eventualmente se apropriando de uma tradição já consolidada em instituições que atuam com temáticas afins, como aquelas da Coalização Internacional de Sítios de Consciência;

- b) Se encarado como espaço de cultura e extensão universitária, a ação educativa talvez se caracterizasse por explorar mais intensamente as manifestações culturais universitárias e atuar sobre elas — ou promover ações de extensão voltadas ao público externo mais amplo difundindo esse acervo patrimonial específico, funcionando como uma espécie de “museu do patrimônio da USP”, ainda que seu acervo seja difuso. Neste caso, porém, a dimensão patrimonial da Casa fica reduzida, bem como seus “conteúdos” intrínsecos e a sua força como lugar de consciência. A ação sobre os bens culturais universitários, porém, talvez viesse a se beneficiar da longa e consolidada tradição da arte-educação e da educação em museus, visto que lidaria com um rico acervo arquitetônico, artístico e de práticas e tradições culturais acadêmicas;
- c) Finalmente, se encarada como instituição afim aos órgãos de preservação ou mesmo como sítio patrimonial — como “casa-museu” ou “casa-monumento” —, a ação educativa talvez tenda a se aproximar do que costuma ser vulgarmente chamado de “educação patrimonial” — correndo o risco, aliás, de incorrer nos equívocos usuais daquela educação patrimonial já amplamente criticada que toma por bases referenciais o *Guia básico de educação patrimonial* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999) — como a eventual sobrevalorização de questões formais e estilísticas e de uma narrativa predominantemente arquitetônica, ou mesmo de uma narrativa laudatória e celebrativa de sua “história oficial”, apelando até mesmo para cacoetes como o de “educar para preservar”.

Está claro que as dimensões sugeridas acima (bem como outras que eventualmente aparecem nos discursos e debates internos do órgão) não são mutuamente excludentes, nem caracterizam um partido único para a sua caracterização institucional. Contudo, tais dimensões resumem preocupações diversas, bem como orientações distintas, que já frequentaram ou ainda frequentam as atividades desenvolvidas, bem como ênfases distintas mais visíveis ora em uma gestão, ora em outra ao longo da história do CPC. A apresentação da trajetória educativa do órgão explicitará como todas essas questões, expressas na forma de variados desafios, foram enfrentadas em diferentes momentos, bem como os problemas que elas trazem.

Em segundo lugar, entendendo-o como instituição separada do universo dos museus, cabe destacar a ausência de uma coleção pela qual o CPC seja responsável diretamente — e sobre a qual qualquer ação educativa deveria se debruçar diretamente, se fosse o caso. No entanto, o CPC lida indiretamente com um conjunto amplo e diversificado de “acervos” de variados graus de conceituação (como o conjunto de bens tombados da universidade, o conjunto de monumentos que a caracteriza — incluída aí a própria Casa de Dona Yayá —, bem como todo o universo de referências culturais e demais coleções e arquivos que caracteriza o patrimônio cultural da universidade), que por si só constituem uma base material sobre a qual é possível atuar. Ou seja: para além das questões tratadas acima, o CPC poderia ser encarado como uma espécie de “meta-museu”, na medida em que atua sobre este conjunto disperso e fragmentado de bens culturais. Nesta perspectiva, a ação educativa deveria também se debruçar sobre esse “acervo”.

Neste sentido, vale retomar o alerta sintetizado pela frase de Meneses (2000) e por suas considerações sobre a educação em museus: deve-se evitar um desvio de foco, estabelecendo sempre um diálogo crítico com o acervo, entendendo a educação como um processo de formação crítica para além do mero didatismo e sobretudo para além da mera tentativa de explicação e contextualização dos elementos deste acervo. “Museu não é lugar da palavra escrita”, como ressaltamos acima: se alargarmos tal alerta para o campo ampliado do patrimônio cultural, trata-se principalmente de buscar estabelecer relações com os bens culturais para além da tentativa da sua “explicação” — ou seja, para além da mera difusão de interpretações prévias das características e dos valores aparentemente inerentes aos bens culturais. No caso dos museus, a ânsia de explicação das obras se revela no furor com que se produzem e com que se procuram legendas para obras de arte, por exemplo, que apontariam “o que significa” cada peça exposta. Alargando o exemplo para o patrimônio cultural em sentido amplo, abordagem semelhante seria a usual contextualização que profissionais de patrimônio buscam fazer de bens tombados ou registrados, naturalizando seus próprios entendimentos de valor como algo inerente à obra.

Abre-se aqui não só a perspectiva de se explorar outras linguagens que não a escrita e a verbal, mas também a potencialidade de uma interação afetiva com os bens culturais junto dos participantes do processo formativo.

Em última instância, sugere-se um despir de conceituações prévias a respeito do patrimônio e da possibilidade de sua contínua experimentação e reexperimentação. Não se trata de explicar o patrimônio ou impor seus significados aos demais, mas de explorar interfaces possíveis entre o universo deste patrimônio e o dos nossos vários interlocutores.

O que Meneses aponta é, ao menos no sentido que sugerimos, a busca por uma ação educativa que se aproxima daquilo que Larrosa Bondía (2002) chama de “saber de experiência”: uma ação que reconhece o papel da contingência e do inesperado do processo educativo, da nossa ignorância inerente na relação com os objetos e com os acontecimentos e com o potencial educativo que tais acontecimentos propiciam. Por outro lado, o reconhecimento dos perigos do conteudismo em um espaço patrimonial não deveria ceder a uma abertura temática e formal excessiva a ponto de se perder um sentido claro norteador da ação educativa e cultural. Desta forma, Meneses lembra que em um museu o foco deve sempre estar no seu acervo, que lhe legitima a existência e o seu trabalho.

Neste sentido, o foco naquilo que efetivamente caracteriza a instituição e seu acervo, portanto, parece ser a força motriz de qualquer ação educativa bem-sucedida, segundo o entendimento de Meneses, bem como um posicionamento ativo contrário a qualquer forma de “conteudismo”. Se este último alerta revela-se adequado, o primeiro, contudo, constitui parte da problemática que apresentamos acima: talvez a vizinhança imediata do CPC, aquela que constitui seu público mais usual e possível interlocutor mais comum das ações educativas, pouco esteja interessada em discutir um acervo patrimonializado tão distante (geográfica e socialmente) como o da Universidade de São Paulo. Trata-se de um acervo que eventualmente interesse à comunidade universitária — para a qual as demais ações de difusão cultural do CPC, caracterizadas por publicações, exposições e outras formas de extroversão, já bastam — mas pouco comunica com os demais públicos da Casa de Dona Yayá. Se para estes, porém, permanecem válidos os alertas a respeito do conteudismo, de uma estratégia comunicativa impositiva e dos riscos da pirotecnia tecnológica na falta de um sentido claro para a ação cultural; por outro lado, para dialogar com eles é preciso focar em outros universos patrimoniais e em outros “acervos” (constituídos pelas referências culturais de nossos interlocutores). Esses acervos difusos e

ampliados ora vão se revelar no bairro do Bixiga, ora se revelarão em seus rios, ora em outras memórias e referências mais distantes.

A tensão na identificação destes universos e acervos é o que vai caracterizar as várias fases da ação educativa do CPC. Percebe-se ao longo delas que, para além dos alertas elencados por Meneses, o órgão vez ou outra sucumbiu a um outro risco já explicitado diversas vezes por um autor basilar nos estudos da educação: Paulo Freire (1983) sempre procurou destacar a possibilidade de a ação educativa incorrer naquilo que ele chamava de “invasão cultural”, quando os códigos, símbolos e valores próprios de um grupo se impõem como naturalmente válidos a um outro. O risco da invasão cultural, aliás, se verá usualmente convergente com o risco ao “conteudismo” patrimonial e com a tentativa de “explicar” o patrimônio, segundo os termos acima discutidos. A trajetória que apresentamos reconhece, portanto, as eventuais armadilhas pisadas ao longo do processo e uma contínua dinâmica de tentativas e erros na condução das ações.

#### 4 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CPC

As atividades educativas desenvolvidas pelo CPC são aqui apresentadas em três momentos distintos. Como toda periodização, esta é também arbitrária e imprecisa: fatalmente teremos ignorado elementos que a tornariam mais complexa, bem como desrespeitado lacunas e outras ações pontuais. No entanto, é nosso objetivo explorar alguns problemas específicos relacionados a cada um desses grandes momentos. Cientes da possibilidade de injustiças terem sido cometidas na delimitação de cada um dos períodos, explicitamos que foram priorizados alguns elementos em relação a outros — tal quadro está longe de fazer jus à qualidade e ao esforço empreendido pelos diferentes profissionais envolvidos ao longo de mais de uma década. Cabe ainda explicitarmos-nos como apenas mais um entre muitos agentes que ainda exploram os limites e as possibilidades desse universo. Aliás, destaque-se que ao longo de sua trajetória o CPC acostumou-se a lidar com recursos humanos e financeiros limitados, o que torna cada uma das ações aqui citadas especiais em si mesmas pelos limites materiais sempre impostos devido às dificuldades orçamentárias e de pessoal, por maiores que sejam as críticas que façamos hoje ao caráter de eventuais atividades já desenvolvidas pelo órgão. As equipes — sobretudo as equipes educativas — sempre

foram pequenas e dependeram fundamentalmente de bolsistas e estagiários. Justamente em função de tais limitações há que se relativizar eventuais críticas nossas a tais iniciativas, visto que elas sofreram todas as formas de limitações.

## 5 PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS: FOCO INSTRUCIONAL E INFORMATIVO

Assim que o CPC mudou-se para a Casa de Dona Yayá, em 2004, foi estruturado um programa de visitas voltado sobretudo para o público infanto-juvenil e escolar. De um lado, o órgão manifestava expressamente o desejo de desmitificar a relação da vizinhança com a Casa, combatendo a imagem de “casa da louca” ou de “casa mal-assombrada” — caracterizações que, com efeito, influenciavam a desconfiança verificada nesta vizinhança tão acostumada a lidar com uma casa sempre fechada, misteriosa e em condições de quase arruinamento. De outro lado, a ação direcionava seu foco à difusão do conhecimento que havia sido acumulado nos anos anteriores pelos pesquisadores ligados ao CPC a respeito da história da Casa, por meio de investigações de caráter historiográfico (desenvolvidas especialmente por Marly Rodrigues) e arqueológico (coordenadas pela especialista Regina Tirello). Em função desses conteúdos considerados, naqueles primeiros anos, relevantes à divulgação pública, tais programas de visita assumiam menos um caráter formativo e educativo e mais informativo e instrucional.

O foco dos conteúdos, da mesma forma, estava menos na relação dos visitantes com a Casa e suas histórias e mais na difusão do que se considerava o que de mais avançado e cientificamente certificado se sabia sobre os personagens da Casa e sua história material e arquitetônica. Ressalte-se, portanto, que o caráter destas primeiras atividades poderia hoje ser criticado da mesma maneira com que identificamos atualmente os problemas de abordagens de educação patrimonial como as do já citado *Guia básico...*: foco excessivo no objeto e não no sujeito; imposição (ainda que sob o mote da “conscientização”) de um sentido preservacionista que pode não necessariamente ser compartilhado pelos visitantes; e naturalização dos valores arquitetônicos e estilísticos da Casa como elementos fundamentais para o reconhecimento do imóvel como bem cultural. Estilemas, ornatos, elementos construtivos e estruturais, estruturas espaciais, pinturas parietais: este era o vocabulário fundamental a ser trabalhado nas sessões de visita à Casa.

Com a consolidação da presença do CPC na Casa de Dona Yayá, a equipe responsável entendeu necessário aprofundar a relação do órgão com as instituições vizinhas, entre as quais a rede de escolas (na vizinhança imediata e ampliada) que circundava a Casa. O CPC passou a receber sistematicamente visitas de grupos escolares, para os quais formatavam-se atividades lúdicas que acompanhariam os roteiros guiados pelo imóvel (como contação de histórias, teatros de bonecos, jogos e outras brincadeiras). Para tanto, um bem produzido material paradidático foi desenvolvido e distribuído aos educadores parceiros e educandos. Apesar da riqueza da iniciativa, no entanto, o foco nas questões arquitetônicas e estilísticas permaneceu excessivo, bem como a imposição e naturalização de um código estético especificamente voltado ao universo de arquitetos e historiadores.

Para ilustrar este momento, tomemos algumas das atividades e dos materiais desenvolvidos. O primeiro deles é uma cartilha (*Yayá, histórias de uma velha senhora*) voltada ao público infanto-juvenil e repleta de atividades, como caça-palavras, desenhos etc. Os jogos e brincadeiras sugeridos em suas páginas orientavam os diferentes momentos previstos para a visita na casa, bem como podiam ser desenvolvidos pelo visitante ou pelo educador em outros contextos. Apesar de se tratar de um material bem desenhado e diagramado, o discurso inerente às atividades sugeridas (fortemente marcadas pela ideia de que elas teriam “respostas certas”, sobretudo quando descontextualizadas) era ainda o de celebração de valores patrimoniais talvez já devidamente problematizados na academia e na prática profissional, visto que aludiam aos já bastante questionados sentidos de ancianidade, excepcionalidade, autenticidade e monumentalidade dos bens culturais. Às crianças pedia-se que memorizassem termos ligados à interpretação estilística da arquitetura ou à sua cultura profissional (“balaústre”, “capitel”, “cimalha”, “pedreiro”, “mestre-de-obras”, “arquiteto” etc.). Em atividades de desenho, pedia-se que se “completasse” a Casa de Dona Yayá a partir de algumas referências previamente posicionadas.

Mesmo mantendo o foco no universo da arquitetura, porém, com tal configuração, bloqueava-se *a priori* a possibilidade de promoção de atividades dialógicas com as culturas arquitetônicas e construtivas próprias dos visitantes e educandos, bem como estimulava-se, mesmo que indiretamente, a cisão entre uma cultura construtiva erudita e outra popular, dada

a distância entre as realidades arquitetônicas da Casa e dos espaços de vida dos visitantes. Ainda, contudo, que se argumentasse pela necessidade de instrumentalizar os visitantes no manejo deste código e deste vocabulário erudito — mesmo que como uma questionável forma de “empoderamento” —, tratava-se de um material que, pelo seu desenho e discurso implícitos, evitava qualquer forma de subversão.

O mesmo ímpeto de difusão não dialógica de uma cultura arquitetônica e preservacionista se verifica em algumas oficinas de “estêncil” desenvolvidas neste período. Mais uma vez — apesar da interessante mobilização lúdica de uma prática gráfica manual que alude diretamente à forma com que se produziram parte dos elementos de ornamentação da Casa de Dona Yayá, seja em seu processo de construção, seja em seu restauro —, trata-se da mobilização de um código estético restrito e já previamente recortado, destacado da ornamentação eclética da Casa. Pela natureza das oficinas, seus resultados certamente poderiam subverter a lógica inicial. No entanto, o direcionamento dado fatalmente era o de celebrar as características estilísticas existentes, diretamente ligadas aos supostos valores patrimoniais da Casa enquanto bem cultural.

No mesmo sentido, um quebra-cabeças espacial utilizado pela equipe igualmente introjetava códigos estéticos e linguísticos próprios da cultura arquitetônica, naturalizando-os e constituindo implicitamente um discurso de associação do caráter patrimonial da Casa às suas narrativas arquitetônicas já consolidadas. Tratava-se de um brinquedo formado por um conjunto de cubos: cada uma das faces de cada um dos cubos se associava a uma planta ou camada diferente da Casa de Dona Yayá. O código mobilizado era o do desenho técnico de arquitetura (mais uma vez introjetando e naturalizando elemento próprio da cultura arquitetônica em associação automática ao caráter patrimonial do lugar). O resultado é um artefato de difícil solução mesmo para arquitetos — o que dizer então de crianças ou demais visitantes desacostumados a lidar com tal linguagem? Jogos de memória também eram utilizados nas visitas escolares: mais uma vez, contudo, o foco das imagens a serem objeto de “memorização” dos participantes estava em elementos arquitetônicos e estilísticos, bem como em fragmentos da história de Yayá. De algum modo, ainda lidávamos com concepções de patrimônio que bem poderiam ser ilustradas pela definição limitada de nosso Decreto-Lei 25:

obras de “excepcional” valor artístico e “fatos memoráveis” (não da história da nação, mas de personagens das elites).

Apesar dos problemas que hoje verificamos com este material e com estas atividades, há que se reconhecer o esforço da então bastante reduzida equipe (que além das questões educativas atuava em outras frentes de ação cultural do órgão), bem como o trabalho — por vezes desenvolvido de forma quase militante — sistemático de contatar e dialogar com as escolas do entorno, instituições que, pelas suas peculiaridades, muitas vezes possuem tempos e necessidades distintas daquelas de uma instituição cultural. Apesar das dificuldades, a equipe conseguiu insistir para tornar sistemática e duradoura a relação do CPC com tais instituições.

Ao fim desses primeiros anos, na conclusão da primeira gestão do CPC tendo como sede a Casa de Dona Yayá, a então diretora, profa. Ana Lúcia Duarte Lanna, e a especialista Juliana Mendes Prata publicaram algumas reflexões sobre a presença do CPC na Casa. Entre outros assuntos, dizia-se o seguinte a respeito das atividades educativas:

Elaboramos um projeto de educação patrimonial dirigido aos estudantes das escolas do bairro que pretendia apresentar a casa e suas transformações, sejam construtivas sejam dos diversos modos de vida e ocupação como um bem cultural. [...]

A realização desta atividade pretende viabilizar um reconhecimento do imóvel, de *seus atributos, de sua excepcionalidade e de sua historicidade*, fazendo-o reconhecível como um bem cultural. Este processo pretende, ao dar a conhecer o edifício, qualificá-lo como patrimônio, inserindo-o na história e nas redes de valor cultural e simbólico referidas ao cotidiano dos estudantes. Tratar a casa como um objeto cultural, tematizando a partir dela uma série de referências e valores simbólicos, é um dos objetivos desta atividade. A casa — vestígio material de várias histórias e situações culturais — deve a partir de sua recuperação como bem cultural ressignificar práticas e representações sociais (LANNA; PRATA, 2006, p. 11, grifo nosso).

Note-se que, apesar da interessante perspectiva aí lançada de tomar o bem cultural como potencial gatilho para ressignificação das redes de valor às quais ele se associa (inclusive, eventualmente, com os próprios visitantes

e destes com suas próprias referências culturais e com suas próprias redes simbólicas), verifica-se ainda certa ênfase (como efetivamente se verificava no dia a dia das práticas educativas do órgão) à excepcionalidade e aos atributos inerentes ao bem — ao mesmo tempo em que se reconhece a necessidade de contextualizar criticamente sua historicidade. As autoras ainda alegam:

Assim, pretendemos com a realização destas visitas explicitar:

- A história da casa, seus vários momentos e sua *excepcionalidade* como bem histórico tombado;
- A sua relação com a história do bairro e da cidade, os *vários significados* e sentidos desta relação;
- *As relações e conexões* das histórias pessoais com as histórias sociais (LANNA; PRATA, 2006, p. 11-12, grifo nosso).

Novamente, verifica-se um interessante desejo de explorar as conexões mais complexas entre o bem e as várias redes simbólicas com as quais ele se relaciona. Contudo, persiste a noção de “patrimônio histórico” em oposição às transformações trazidas com a consolidação do uso da expressão “patrimônio cultural”, bem como a centralidade do valor de “excepcionalidade”.

Apesar dos problemas identificados, foi justamente a ação cultural promovida por esta equipe ao longo desses primeiros anos que consolidou a presença da Casa de Dona Yayá como uma instituição pública de portas abertas à população do bairro e da cidade, após tantas décadas fechada. Apesar dos primeiros equívocos, a prática cotidiana gerou uma experiência e um saber acumulados a respeito da ação educacional em bens tombados, o que permitiu ampliar as ações e alterar seu foco nos anos seguintes. Além disso, trata-se de uma experiência ímpar de penetração da tão elitizada e soberba Universidade de São Paulo em meio a um bairro popular tão distante dela, bem como uma abertura ao diálogo e à consolidação do caráter público e aberto de um bem cultural tombado.

## 6 ANOS DE CONSOLIDAÇÃO

Uma vez consolidada a presença de um órgão de cultura e extensão universitária em uma casa antes tida como mal-assombrada e misteriosa, pôde-se ampliar as ações educativas promovidas não só a respeito do imóvel como em torno da temática do patrimônio cultural de um modo geral. Em 2011,

a ex-diretora do CPC, profa. Maria Lúcia Bressan Pinheiro, e o especialista José Hermes Martins Pereira publicaram reflexões específicas sobre a trajetória da educação patrimonial no interior do órgão. Segundo os autores:

Nas visitas monitoradas, a Casa era apresentada a partir de sua história material, inserindo-a nas transformações do bairro e da cidade e valorizando sua estratigrafia arquitetônica, as técnicas construtivas e as alterações de uso. Da mesma forma, pretendia-se trabalhar com a história de seus moradores, destacando-se a figura central de Dona Yayá, no sentido de estabelecer bases para uma história social e dos costumes. O processo de restauração e conservação era assinalado como parte dos diálogos estabelecidos no presente com o passado, tal como as transformações ocorridas na cidade de São Paulo desde finais do século XIX — quando se iniciou a construção do imóvel — até a atual configuração urbana do bairro do Bixiga.

[...] As próprias visitas, como carro-chefe do projeto, tornaram-se o laboratório para a elaboração de novas atividades, tais como jogos de observação, simulação de um “conselho de proteção ao patrimônio”, trabalho com mapas e fotografias do bairro do Bixiga e *atividades de interação destinadas aos alunos das séries iniciais, a fim de proporcionar a estes mais uma vivência com o ambiente da Casa do que uma atividade com conteúdo. Para os estudantes de regiões distantes da capital, os conteúdos das visitas buscaram relacionar o ambiente vivido pelos alunos em seus bairros à ampliação do conceito de patrimônio cultural, valorizando e tematizando espaços de habitação, lazer e trabalho* (PINHEIRO; PEREIRA, 2011, p. 41, grifo nosso).

Verifica-se, portanto, o desejo de transcender as características inerentes ao imóvel (como seus atributos físicos, estilísticos e arquitetônicos, ainda que não os menosprezando) e dialogar com a cultura urbana e com as memórias e práticas culturais mais amplas verificadas entre os diferentes visitantes da Casa. A ação educativa tornava-se lentamente mais dialógica, reconhecendo a centralidade dos sujeitos no processo formativo, ao invés de focar nos objetos: a Casa tornava-se o “lugar do encontro” — para usar a expressão que frequenta os relatórios de atividades do período — mais do que o foco da ação educativa, espaço para troca de saberes e experiências, memórias diversas e narrativas distintas daquelas inerentes à Casa de Dona Yayá.

Corria-se o risco, é claro, de que tais atividades acabassem assumindo um caráter tão difuso que questões próprias à caracterização da Casa como lugar de memória e consciência se perdessem em meio às múltiplas narrativas possíveis (como a problemática de gênero e a manicomialização). No entanto, estes tópicos permaneciam sendo tratados como elementos de conteúdo de visitas mediadas ao imóvel, ainda que não constituíssem necessariamente elemento central das rodas de conversa e atividades correlatas. Mais importante que ressaltar conteúdos, percebia-se a necessidade de fortalecer laços simbólicos com os visitantes, bem como com seus universos culturais, reconhecendo as realidades específicas de cada sujeito.

Ainda neste sentido, procurou-se a partir desta época ampliar o contato entre o CPC e as escolas do entorno, por meio de projetos articulados ao cotidiano de ensino e aprendizagem de cada uma das instituições. Ainda que não totalmente exitosa, tal iniciativa permitiu às equipes envolvidas aprofundarem a reflexão sobre os limites e desafios da ação educativa no campo do patrimônio. A título de exemplo, formataram-se em parceria com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Celso Leite Ribeiro Filho e a Escola Estadual Maria Augusta Saraiva projetos denominados “VEM!” (expressão tomada como acrônimo para “valorização, educação, memória”). Com a intenção de discutir, direta ou indiretamente, questões ligadas ao universo do patrimônio cultural com os sujeitos que viviam tais cotidianos escolares — educadores e educandos — entendia-se necessário ampliar os espaços de encontro (bem como os focos patrimoniais) para além da própria Casa de Dona Yayá, incorporando o espaço escolar como eventual patrimônio cultural, o bairro do Bixiga e a cidade de São Paulo de um modo geral. A própria identidade visual dos projetos foi desenvolvida a partir de desenhos produzidos pelos estudantes envolvidos.

Tais parcerias ocorreram ao longo de alguns anos e possibilitaram de fato um contato mais intenso com a realidade escolar dos estudantes com os quais o CPC lidou. Contudo, pelas diferenças de tempo próprias às naturezas das instituições envolvidas (o CPC e as escolas), bem como pela rotatividade dos profissionais envolvidos, tais projetos de longo prazo acabaram sendo interrompidos no interior do órgão. Apesar disso, neles foram propostas algumas atividades que permitiram às equipes do CPC pensar em outras formas de atuar no campo da educação patrimonial, para

além de seus limites usualmente estabelecidos. Em particular, destaque-se uma parceria realizada com o Coletivo Mapa Xilográfico, que coordenou uma oficina de *stop motion* com os estudantes de nossas escolas parceiras — coletivo este composto por jovens artistas e educadores (Diogo Rios, Milene Valentir, Tábata Costa) que adotaram esse nome após um trabalho de intervenção urbana focado no registro, por meio da xilogravura, de árvores recentemente derrubadas em diferentes locais da cidade. Já havendo atuado no Bixiga, os membros do coletivo propuseram aos estudantes que registrassem suas relações com o bairro em que moravam e estudavam por meio da linguagem audiovisual, produzindo curtas-metragens utilizando a técnica do *stop motion*. O resultado desta iniciativa foi um interessante conjunto de vídeos, das mais diversas naturezas e com os mais variados roteiros, focando elementos próprios do cotidiano do bairro do Bixiga para além dos bens culturais usualmente associados a ele.

Experiências como a dessa oficina nos permitiram pensar em outras formas de apropriação do espaço urbano, não apenas como instrumento formativo, mas ao mesmo tempo como local da ação e da intervenção ativa e criativa dos sujeitos envolvidos. Ainda que neste momento a ação educativa no interior do órgão tenha enfrentado problemas internos, de ordem burocrática, de desestruturação e reestruturação, o acúmulo da experiência permitiu expandir os esforços formativos para outras frentes de ação do CPC, integrando as várias atividades culturais do órgão com um elemento educativo específico — o que nos levou a uma mudança de rumos.

## 7 MUDANÇA DE RUMOS

Em função tanto da autocrítica acumulada como dos desafios enfrentados nos anos anteriores a fim de superar as experiências de educação patrimonial de caráter tradicional que vinham sendo promovidas desde os primeiros anos na Casa de Dona Yayá, tentamos nos últimos anos promover projetos e atividades que abandonassem um caráter meramente didático do patrimônio e incorporassem relações mais criativas e lúdicas com os bens culturais, como demonstrado acima.

Neste sentido, vale destacar uma iniciativa do órgão que, apesar de não ter envolvido sua equipe educativa, é fortemente dotado de um sentido formativo, envolvendo o confronto de saberes e públicos diversos de forma

profundamente dialógica. Trata-se do Projeto Bixiga em Artes e Ofícios, coordenado pela então vice-diretora do CPC, profa. Rose Satiko Hikiji, que se propôs a inventariar as práticas culturais relacionadas às artes e ofícios — em suas diferentes formas de expressão e saber-fazer envolvidos, mobilizando seus agentes e multiplicadores — espalhadas pelo bairro em que se encontra a Casa de Dona Yayá e em grande medida particulares e caracterizadoras deste território. Para que se viabilizasse, o projeto envolveu uma série de oficinas, voltadas preferencialmente ao público local, mas abertas a todos os interessados, que tinham por objetivo levantar informações, coletar depoimentos e promover registros das artes e ofícios do bairro, com o apoio de uma equipe fixa de pesquisadores bolsistas. As oficinas — de fotografia, vídeo-documentário, escrita etnográfica, cartografia afetiva, entre outras — permitiram o encontro e confronto de diferentes perfis de conhecimento — erudito e popular — e de origens entre os participantes e os envolvidos. O projeto resultou em uma exposição (que ficou em cartaz entre 2012 e 2013), um sítio eletrônico e um volume da série *Estudos CPC* (HIKIJ; SILVA, 2014).

O sucesso desta iniciativa também serviu de inspiração — seja pelo seu caráter, seja pelo seu formato e estrutura — para a realização de novos projetos nesta nova fase do CPC, agora caracterizado por uma equipe renovada. A fim de ilustrar este novo processo, baseado em tentativas e erros, de promover ações mais lúdicas e criativas, destaque-se o projeto Trafegar pelos Rios do Bixiga, desenvolvido também em parceria com o Coletivo Mapa Xilográfico, desenvolvido na forma de oficina em 2013 e transformado em uma exposição em 2015.

A proposta era a de construir coletivamente, tanto pelos participantes das oficinas quanto pelos entusiastas que eventualmente fossem agregados ao processo, uma intervenção urbana de caráter performático a partir da sugestão de produção de um barco sobre rodas. Tal barquinho — formado por materiais reutilizados recolhidos no bairro e reaproveitando a estrutura de uma ação similar promovida pelo Coletivo Mapa Xilográfico no bairro do Pantanal, em São Paulo — deveria, então, protagonizar as intervenções em cada um dos três rios canalizados espalhados pelo território do Bixiga e tornados invisíveis pelo processo de urbanização. Conquistou-se, de fato, uma ocupação poética do espaço urbano que tornou visíveis os rios sufocados pelo asfalto por meio das ações coordenadas e decididas pelos participantes

da oficina em parceria com o coletivo que a propôs e com o CPC: marcava-se a presença dos rios por meio de pinturas — como um traço de tinta azul nas ruas construídas sobre eles, ritualizando sua ausência presente —, canções, danças e pela coleta de depoimentos de moradores da região, que compartilhavam suas histórias com o grupo quando o barco atracava.

Esta presença criativa nas ruas da cidade, ocorrida em novembro de 2015, também propiciara a constituição de uma espécie de “carnaval fora de época”, atraindo um público ampliado inspirado pelas marchinhas cantadas e compostas pelos participantes da oficina. Ao fim do processo, os envolvidos organizaram autonomamente e — na melhor tradição da ação direta de coletivos políticos e culturais — constituíram o Bloco Fluvial do Peixe Seco, um novo coletivo dedicado à celebração dos muitos rios (in)visíveis espalhados pela cidade e pelo país, mobilizando memórias e relações simbólicas, denunciando processos de silenciamento e expulsão, problematizando a relação das cidades com seus suportes físicos e sensibilizando, por meio de um trabalho fortemente afetivo e crítico, para a problemática não só dos rios urbanos como para os processos desiguais e violentos com que as cidades são construídas.

Esta ação foi particularmente feliz em se constituir de uma iniciativa de “educação patrimonial” (e, em certo sentido, também de “educação ambiental”) que opera sem recorrer a qualquer forma de didatismo ou conteudismo a respeito das questões que pretendia mobilizar. Seus objetivos, para além da construção das intervenções, envolviam de forma muito mais intensa a mobilização e a participação autônoma dos interessados no processo do que sua eventual “instrução” a respeito da temática. Não se trata, evidentemente, de uma ação focada em “educar para preservar”, mas em criar e explicitar relações de afeto com os bens culturais surgidas em uma relação horizontal e orgânica entre os envolvidos, sem qualquer impulso moral.

Em face dos resultados da oficina, o CPC promoveu em 2015 a exposição “Hidrofaixas: rios visíveis do Bixiga”, promovida também em parceria com o Mapa Xilográfico e com o Bloco Fluvial do Peixe Seco. Mais uma vez, trata-se de um encadeamento interessante de atividades que procuramos consolidar na prática cotidiana do órgão: a exposição surge como resultado de um processo formativo mais amplo no qual valores e sentidos do patrimônio se construíram a partir do confronto de saberes e

reflexões de diferentes sujeitos, não apenas como instrumento de divulgação de valores patrimoniais. Ou seja: em vez de promovermos uma exposição sobre a qual viria a se desenvolver uma ação educativa que colaborasse com sua extroversão e comunicação, procuramos inverter o processo e tornar a exposição resultado da ação cultural e educativa do órgão. Isto, é claro, não invalida a realização de exposições de caráter tradicional, com funções mais usualmente didáticas ou de difusão e extroversão de pesquisas e de conhecimento acadêmico, mas permite ao órgão consolidar uma prática renovada de formação que abarque todas as instâncias do processo de patrimonialização (da identificação e inventariação à extroversão e valorização, passando pelas estratégias de preservação e salvaguarda).

## 8 CONCLUSÃO

As transformações ocorridas expõem um duplo movimento no interior do órgão: de um lado, um contínuo processo de reconhecimento dos equívocos educacionais verificados ao longo das ações descritas. De um início conteudista e impositivo, marcado por vezes pela tentativa de difundir uma cultura patrimonial não necessariamente compartilhada pelos interlocutores que o órgão procurava “instruir” e “conscientizar” a respeito do patrimônio, passou-se lentamente a não só ocorrer um reconhecimento de práticas de “invasão cultural” — para usar a expressão freireana — como a buscar outras possibilidades metodológicas que aproximassem o órgão de uma relação mais dialógica com seus diferentes interlocutores. De outro lado, esse reconhecimento da necessidade de um diálogo mais horizontal na ação educativa acompanha um movimento paralelo de reconhecimento do órgão da ampliação conceitual do próprio campo do patrimônio cultural, que assume mais e mais uma dimensão democrática e plural, não mais limitada aos valores antes usualmente associados aos bens culturais tradicionais (como a autenticidade, a ancianidade, a monumentalidade, entre outros), mas agora aberto a uma profusão de narrativas e vozes distintas e oriundas de novos e ampliados grupos sociais — como apontado por Meneses (2009) ao discutir não só a inovação conceitual e democrática presente no artigo 216 da Constituição de 1988, como a dificuldade ainda presente nos órgãos de preservação de lidar com esse novo paradigma em que a matriz do valor dos bens culturais está nos sujeitos sociais e não nos objetos.

Se reconhecemos alguns limites nas primeiras ações educativas do órgão, portanto, é também preciso não só destacar a vontade e a disposição do órgão em mudar e em assumir tais armadilhas, mas em exercer um papel importante na abertura de novos e ampliados valores patrimoniais — bem como de, bem ou mal, sempre ter reconhecido o papel e o lugar e a importância da ação educativa em um órgão de patrimônio.

Por fim, vale destacar uma das manifestações registradas no livro de visitas da já citada exposição “Hidrofaixas”, identificada por “Sara”, de Guarulhos: “Feliz por ver o azul dos rios na cidade. Feliz por encontrar o meu lugar no mundo. Feliz por achar a arte em gestos simples. Feliz por estar aqui.”

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana; SILVA, Adriana de Oliveira (orgs.). *Bixiga em artes e ofícios*. São Paulo: Edusp, 2014. (Estudos CPC, 4)

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, DF: Iphan: Museu Imperial, 1999.

LANNA, Ana Lúcia Duarte; PRATA, Juliana Mendes. O CPC-USP e a Casa de Dona Yayá: questões de gestão de um patrimônio cultural. *Revista CPC, São Paulo*, n. 1, p. 6-15, 2006.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

LOURENÇO, Maria Cecília França (org.). *A Casa de Dona Yayá*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial, 1999.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 91-101, 2000.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *I Fórum Nacional Do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25-39.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan; PEREIRA, José Hermes Martins. Educação patrimonial no Centro de Preservação Cultural “Casa de Dona Yayá”: balanços e novos desafios. *Revista Cultura e Extensão USP, São Paulo*, v. 5, p. 37-42, 2011.